

Perguntas Frequentes

Concurso Grau de consultor carreira especial médica

Destinam-se a complementar as informações constantes no Aviso n.º 9295-A/2012 publicado em *Diário da República*, (2.º série) n.º 130, de 06 julho de 2012

1. Quem pode concorrer ao procedimento concursal de habilitação ao grau de consultor aberto pelo Aviso n.º 9295-A/2012 publicado no *Diário da República*, (2.º série) n.º 130, de 06 julho de 2012 ?

R: Podem candidatar-se todos os médicos com pelo menos cinco anos de exercício efetivo de funções, contados após a obtenção do grau de especialista, devendo entender-se por exercício efetivo o desempenho devidamente comprovado das respetivas funções em serviços ou estabelecimentos onde se aplique o regime legal das carreiras médicas.

2. Os médicos que concorreram aos concursos para o grau de consultor abertos nos anos de 2002 e 2005, e que aguardam a conclusão dos mesmos devem concorrer a este novo procedimento concursal?

R: Nada obsta a que os candidatos possam concorrer novamente. Trata-se de uma decisão individual de cada candidato.

3. Os concursos abertos em 2005 para o grau de consultor cessam?

Não. Encontram-se a decorrer os respetivos trâmites com vista à sua conclusão.

4. Atualmente, os médicos outorgantes de um contrato de prestação de serviços, (avença ou tarefa) poderão concorrer?

R: Apenas nos casos em que tiverem exercido funções no passado, em serviços ou estabelecimentos onde tenha sido aplicável o regime legal das carreiras médicas e possuam pelo menos cinco anos de exercício efetivo de funções, contados após a obtenção do grau de especialista (devendo entender-se por exercício efetivo o desempenho devidamente comprovado) poderão ser candidatos ao concurso em apreço.

5. Os médicos que se encontram numa situação de licença sem vencimento ao abrigo dos artigos 21.º e 22.º do Estatuto do SNS poderão concorrer?

R: Sim, desde que cumpridos os requisitos elencados na resposta n.º 1.

6. Um médico adstrito a um contrato de trabalho em funções públicas a termo resolutivo incerto (antigos contratos administrativos de provimento) pode ser opositor?

R: Pode. Desde que cumpridos os requisitos elencados na resposta n.º 1.

7. Os médicos pertencentes ao Ministério da Defesa Nacional podem concorrer?

R: Podem, desde que cumpridos os requisitos elencados na resposta n.º 1.

8. As candidaturas devem ser dirigidas aos dirigentes máximos das Administrações Regionais de Saúde ou dos serviços competentes das Regiões Autónomas da sua área de influência profissional, em suporte papel ou eletrónico?

R: As candidaturas podem ser apresentadas em suporte papel ou eletrónico.

9. O formulário de candidatura encontra-se onde?

R: No site da ACSS, IP.

10. Em relação à forma de apresentação das candidaturas os médicos devem expor as suas dúvidas a que organismo?

R: Às Administrações Regionais de Saúde ou aos serviços competentes das Regiões Autónomas, da sua área de influência profissional.

11. Um médico que exerça funções num hospital privado pode concorrer?

R: Pode, desde que satisfaça os requisitos legalmente definidos – vide resposta n.º 1.

12. Um médico que exerça funções num hospital IPSS pode concorrer?

R: Vide resposta n.º 4.

13 - Estando previsto no aviso de abertura a apresentação eletrónica de candidaturas, e a validação eletrónica das mesmas, podemos considerar que a apresentação de candidatura através de e-mail (com todos os documentos digitalizados) é válida, podendo o candidato comprovar o envio com o registo de envio?

R: No caso de as candidaturas serem efetuadas por via eletrónica, a validação eletrónica deve ser feita por submissão do formulário disponibilizado para esse efeito, podendo ser disponibilizado para tal, pelas ARS e Regiões Autónomas, um endereço eletrónico sendo emitido um recibo de leitura, caso o candidato o requeira.

14 - As candidaturas podem ser acompanhadas com os documentos em CD (CV e demais documentos digitalizados, ou podem apresentar um CV em papel e um CD com o ficheiro)?

R: De acordo com o estabelecido no n.º 3.7 do aviso em referência, o requerimento apresentado pelos candidatos deve ser acompanhado dos documentos aí exigidos, nomeadamente, dos cinco exemplares do *curriculum vitae*, devendo os currículos serem enviados pelos médicos em

suporte papel, sem prejuízo, da omissão deste requisito, não constituir, *per si*, uma causa de exclusão.

No respeitante às candidaturas, estas podem ser apresentadas pelos médicos em suporte papel ou eletrónico.

15 - Basta os médicos comprovarem os 5 anos contados após obtenção do grau de especialista, de exercício efetivo de funções em serviços ou estabelecimentos onde se aplique o regime legal da carreira médica? Ou tem de existir à data atual um vínculo contratual com os serviços abrangidos pelos DL n.º 176/2009, e DL n.º 177/2009?

R. Vide as respostas às faqs. n.ºs 4,5,10,11, que se encontram disponíveis no site da ACSS.IP. Entende-se, assim, que os candidatos que tiverem exercido funções no passado, em serviços ou estabelecimentos onde tenha sido aplicável o regime legal das carreiras médicas e possuam pelo menos cinco anos de exercício efetivo de funções, contados após a obtenção do grau de especialista, devendo entender-se por exercício efetivo o desempenho devidamente comprovado, poderão ser candidatos ao concurso em apreço.

16 - Médicos com contratos a tempo parcial nos EPS's podem concorrer e ser admitidos desde que comprovem o requisito do exercício efetivo de funções de 5 anos?

R: Os médicos em regime de contrato individual de trabalho, nos termos do Código do Trabalho, a exercer funções nas entidades públicas empresariais, independentemente do horário efetuado, podem candidatar - se ao procedimento concursal desde que detenham cinco anos de exercício efetivo de funções, contados após a obtenção do grau de especialista, devendo entender -se por exercício efetivo o desempenho devidamente comprovado das respetivas funções nos estabelecimentos onde se aplique o regime geral das carreiras medica. (vide faq n.º 1).

17 - Onde apresentam as candidaturas os médicos que estão em regime de mobilidade entre diferentes ARS's?

R: Na ARS que abrange o serviço de origem ou de destino? (Vai implicar avaliação por júris diferentes).

A lei é omissa, contudo, e salvo melhor opinião, fica ao critério do médico, que poderá candidatar -se ao procedimento concursal em curso, junto da ARS ou Região Autónoma da área abrangida pelo serviço de origem ou de destino.